

FONSECA, Deodoro da

* militar; pres. RS 1886; pres. Rep. 1889-1891.

Manuel Deodoro da Fonseca nasceu em 5 de agosto de 1827 na cidade de Alagoas, então capital da província do mesmo nome, filho de Manuel Mendes da Fonseca Galvão e de Rosa Maria Paulina da Fonseca. Seu pai era militar, tendo começado a carreira como anseçada. Ligado ao Partido Conservador, foi também vereador em Alagoas, juiz de paz e chefe de polícia. Em 1839 liderou um motim, rapidamente derrotado, contra a transferência de órgãos do governo imperial de sua cidade para Maceió, em função da qual a capital da província foi transferida para esta cidade. Preso, e logo solto, mudou-se em abril de 1842 para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde já se encontravam seus dois filhos mais velhos, Hermes Ernesto e João Severiano, que se iniciavam na carreira militar. Em agosto ainda de 1842, passaria à reserva com a patente de tenente-coronel.

Dos irmãos de Deodoro, Hermes Ernesto foi presidente da província de Mato Grosso de 1875 a 1878 e governador da Bahia em 1890, João Severiano, médico, considerado patrono do Serviço de Saúde do Exército, foi constituinte de 1891, e Pedro Paulino foi governador de Alagoas de 1889 a 1890, constituinte de 1891 e senador por Alagoas de 1891 a 1893.

Deodoro matriculou-se em 6 de março de 1843 na Escola Militar do Rio de Janeiro. Em 25 de fevereiro de 1845 assentou praça como voluntário no 4º Batalhão de Artilharia a Pé, na Corte, e em 18 de abril foi reconhecido como cadete de primeira classe, em virtude da sua condição de filho de oficial superior, como rezava a tradição militar. Após ficar adido a três diferentes unidades, concluiu em 1847 o curso de artilharia, voltando a servir no 4º Batalhão de Artilharia a Pé. Em dezembro do ano seguinte foi designado para servir na província de Pernambuco, onde participou da repressão à Revolta Praieira, como ficou conhecido o movimento promovido por liberais contra a orientação conservadora do Império. Promovido a segundo-tenente em 14 de março de 1849, participou de três combates contra os insurretos, afinal derrotados em 1850.

Em seguida, foi designado para servir na província da Bahia e na Corte. De volta a Recife, foi promovido a primeiro-tenente em 30 de abril de 1852. Nos dois anos seguintes, teve problemas disciplinares que lhe custaram alguns dias de prisão e a transferência para o 9º Batalhão de Infantaria e, em seguida, para o 1º Batalhão de Artilharia a Pé, no Rio de Janeiro, onde serviu na Fortaleza de Santa Cruz. Transferido em 24 de abril de 1855 para o Batalhão de Engenheiros, foi promovido a capitão em 2 de dezembro de 1856. Foi então novamente alocado no 4º Batalhão de Artilharia a Pé, e em seguida retornou a Recife.

Transferido em 1860 para Mato Grosso, com a missão de atuar como ajudante de ordens do presidente da província, tenente-coronel Antônio Pedro de Alencastro, em 16 de abril desse

ano desposou Mariana Cecília de Sousa Meireles , com quem não teria filhos. Em 1862 voltou a servir no Rio de Janeiro. Depois de passar os primeiros meses do ano seguinte em licença médica, retornou ao serviço como instrutor dos guardas nacionais na Fortaleza de Santa Cruz.

DA GUERRA DO PARAGUAI À PRESIDÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL

Em dezembro de 1864, Deodoro foi designado para um dos batalhões da Brigada Expedicionária enviada à região do rio da Prata para reforçar as tropas que havia dois meses participavam de conflitos ligados aos interesses econômicos de brasileiros no Uruguai, onde se desenrolava uma guerra civil. Tendo chegado em 3 de janeiro de 1865 à localidade uruguaia de Fray Bento, seguiu para Santa Luzia, onde se integrou à 2ª Brigada do Exército em operações. Participou do cerco de Montevidéu, afinal submetida em 20 de fevereiro.

Quatro dias depois uniu-se à 1ª Divisão do Exército, incorporando-se às forças mobilizadas contra tropas do Paraguai, cujo presidente, Francisco Solano Lopez, vinha hostilizando o Brasil desde novembro do ano anterior, sob o argumento de que um acordo firmado entre seu país e o Uruguai previa o auxílio mútuo em caso de agressão estrangeira. A decisão de invadir a Argentina, que lhe recusou autorização para cruzar seu território rumo ao Brasil, e a falência da sua política de alianças no Uruguai custaram a Lopez a oposição coordenada desses três países, que, em 1º de maio de 1865, firmaram um acordo secreto. O chamado Tratado da Tríplice Aliança objetivava derrubar o líder paraguaio do governo, redefinir as fronteiras no sul do continente e liberar a navegação dos rios Paraná e Paraguai, da qual dependia o acesso à província de Mato Grosso.

Entre maio e julho de 1865, Deodoro deslocou-se no sentido da Argentina, chegando à província de Entre-Rios. Ali permaneceu até abril do ano seguinte, quando, depois de vitórias no Rio Grande do Sul e em operações navais, o comando das tropas brasileiras ordenou a invasão do território paraguaio. Integrado ao 2º Corpo de Voluntários da Pátria como major comissionado por atos de bravura durante as batalhas travadas em Estero Bellaco e Tuiuti, ambas vencidas pelos aliados, foi efetivado no posto em setembro de 1866. Foi então transferido para o 24º Batalhão de Voluntários da Pátria e participou das operações vitoriosas em Potrero Obella e Taji, que lhe valeram a promoção a tenente-coronel em 18 de janeiro de 1868, novamente por atos de bravura, e a nomeação para o comando do 1º Batalhão de Artilharia a Pé. Nessa condição, tomou parte no demorado cerco da fortaleza de Humaitá, que só em julho seria tomada aos paraguaios. Assumindo em abril o comando do 24º Corpo de Voluntários da Pátria, atuou nos combates vitoriosos travados em outubro em torno da fortaleza de Angostura e, em dezembro, na passagem do

arroio Itororó, quando foi ferido.

As sucessivas derrotas para os aliados conduziram Lopez a se refugiar em áreas montanhosas do Paraguai, levando o comandante em chefe das forças brasileira, marquês de Caxias, a considerar terminada a guerra em janeiro de 1869. Deodoro foi promovido a coronel em 20 de fevereiro, novamente por atos de bravura. No mês seguinte, o conde D'Eu, genro do imperador dom Pedro II, assumiu o comando das forças brasileiras encarregadas das operações que os aliados entendiam ainda necessárias para a captura do líder paraguaio. Em maio, Deodoro comandou uma coluna em operações de reconhecimento de posições inimigas em Piraju e, em agosto, uma brigada no ataque a Peribeubí, onde Solano Lopez instalara uma capital provisória. Com a morte de Lopez em 1º de março de 1870, a guerra terminou de fato.

À frente do 1º Batalhão de Artilharia a Pé, Deodoro deixou Humaitá em 14 de julho e chegou ao Rio de Janeiro um mês depois. Em setembro foi transferido para a artilharia montada, permanecendo na Corte. No ano seguinte passou a servir em Porto Alegre, onde foi envolvido numa crítica que um jornalista republicano fez ao presidente da província por tê-lo posto para comandar uma parada militar em homenagem ao aniversário da Constituição imperial. Retornando ao Rio de Janeiro, assumiu o comando do 1º Regimento de Artilharia Montada, que exerceria até 1874. Em outubro desse ano foi promovido a brigadeiro. Exercia a função de inspetor na Bahia quando foi nomeado, em junho de 1879, comandante interino das armas da província, a mais alta autoridade militar, subordinada ao presidente provincial. Em seguida, fiscalizou tropas e quartéis no Rio Grande do Sul e em Pernambuco e, em 1880, o Laboratório Pirotécnico de Campinho, na Corte.

Ainda em 1879, uma tentativa de cortes nos orçamentos da Armada e do Exército, feita pela Câmara dos Deputados, açulou os ânimos de oficiais das duas forças. A mobilização militar resultou em algumas punições, mas conseguiu que a proposta parlamentar fosse abandonada, embora já aprovada em segunda discussão. Em 1881, a defesa de interesses corporativos levou os militares a tentar, na primeira experiência de eleições diretas no país, o envio de um representante ao Congresso. Os dois candidatos apresentados no Rio de Janeiro – um deles, o tenente-coronel Alfredo de Sena Madureira – foram derrotados, mas a campanha revelou forte hostilidade de setores militares aos políticos imperiais. Os problemas pelos quais estes eram responsabilizados diziam respeito, principalmente, ao pagamento incerto de pensões a órfãos, viúvas e inválidos e, até mesmo, dos soldos; ao baixo valor dos soldos; à lentidão nas promoções; à inexistência de uma lei de aposentadoria compulsória que permitisse a abertura de vagas para oficiais jovens; ao descumprimento da promessa imperial de dar prioridade aos veteranos da Guerra do Paraguai no preenchimento de vagas no serviço civil, e às más condições de trabalho. Ao

mesmo tempo, setores do Exército formulavam críticas ao próprio regime político vigente. Jornais publicados por oficiais exigiam a abolição da escravidão, uma política imigratória, a construção de ferrovias e o protecionismo industrial. O mais poderoso fator de politização dos militares eram as divergências em torno da escravidão e da disciplina, que se tornavam faces de uma mesma moeda, já que a ampla simpatia de oficiais, inclusive de alta patente, pelo abolicionismo ia de encontro à orientação política das autoridades militares do Império escravocrata.

Em 1882, Deodoro tornou-se membro da Comissão de Promoções do Exército. Em março do ano seguinte, foi novamente nomeado comandante das armas de uma província, agora a do Rio Grande do Sul. Permaneceu no posto por apenas dois meses, retornando ao Rio de Janeiro para proceder a inspeções no Depósito de Aprendizes Marinheiros, da Fortaleza de Santa Cruz, e depois nas guarnições militares de Santa Catarina, São Paulo e Paraná.

Em meados de 1883, foi apresentado no Senado projeto de lei que criava um montepio compulsório para os funcionários civis e militares, alterava as condições de reforma nas duas armas e tornava os empregados públicos passíveis de demissão a bem do serviço público. Houve nova mobilização militar, envolvendo oficiais, professores e alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro. O projeto, contudo, era inconstitucional, pois os funcionários públicos militares só podiam perder suas patentes por sentença proferida em juízo especial, e não vingou no Senado, o que propiciou o fim do conflito. Ainda em 1883 revigorou-se a tensão entre militares e autoridades civis, quando, em outubro, soldados da guarnição da Corte assassinaram o jornalista Apulcro de Castro, por considerarem que seu jornal – *O Corsário* – os estava difamando sistematicamente. A visita que, poucos dias depois do episódio, o imperador fez à unidade militar onde serviam os assassinos foi interpretada, por uns, como o reconhecimento da dignidade militar e, por outros, como a humilhação da Coroa perante a rebelião vitoriosa.

Em abril de 1884, a Escola de Tiro de Campo Grande, comandada pelo agora coronel Sena Madureira, recebeu com festas o jangadeiro Francisco do Nascimento, que se destacara na luta contra a escravidão no Ceará, abolida no mês anterior. Interpelado pelo ajudante-general do Exército, maior autoridade depois do ministro da Guerra, Sena Madureira recusou-se a dar-lhe informações sobre o episódio, alegando que só devia satisfações ao conde d'Eu, comandante-geral da artilharia, à qual a escola era subordinada. Demitido do comando e repreendido em ordem do dia, Madureira foi transferido para o Rio Grande do Sul. O caso despertou polêmica nos jornais, e, no Senado, o visconde de Pelotas, também militar, assumiu a defesa do oficial. A agitação envolveu a Escola Militar do Rio de

Janeiro, onde o abolicionismo, em especial, e o republicanismo empolgavam um número crescente de alunos.

De volta à Comissão de Promoções do Exército desde janeiro de 1884, Deodoro foi promovido a marechal de campo em agosto, e no mês seguinte foi escolhido para integrar a comissão encarregada de elaborar um projeto de regulamento para o serviço das tropas em campanha, que deveria inspirar-se nas disposições vigentes a esse respeito na França e na Alemanha. Em 1885 assumiu, por nomeação datada de maio, o posto de quartel-mestre general do Exército. Em dezembro, foi mais uma vez nomeado comandante das armas da província do Rio Grande do Sul. Em seguida, foi nomeado primeiro vice-presidente da província, passando a acumular os dois postos. Tal nomeação resultou de sugestão do barão de Lucena, então presidente da província, ao barão de Cotegipe, então presidente do Conselho de Ministros e líder do Partido Conservador. Deodoro e a esposa batizaram um filho de Lucena – eram, portanto, compadres. Com a partida de Lucena para a Corte, em maio de 1886, para assumir uma cadeira na Assembleia Geral, Deodoro tornou-se presidente em exercício do Rio Grande do Sul, sempre acumulando a função com as de quartel-mestre general e de comandante das armas da província.

AS QUESTÕES MILITARES

Por essa época, um novo problema veio acirrar os ânimos dos militares contra as autoridades civis. Em junho de 1886, o coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos publicou na imprensa um artigo em que se defendia de violentas restrições, inclusive à sua dignidade pessoal, que um deputado piauiense lhe fizera na Câmara. O ministro da Guerra, Alfredo Chaves, o advertiu de que, por força de um aviso de 1859, não podia discutir assuntos políticos ou militares através da imprensa. O oficial pronunciou-se contra essa interpretação do aviso e foi punido com censura e prisão disciplinar por dois dias. Em agosto, o visconde de Pelotas, filiado ao Partido Liberal e igualmente militar, saiu em sua defesa no Senado, considerando a atitude do ministro uma ofensa a todos os oficiais do Exército, o que conferiu ao problema dimensões de questão nacional.

Nesse ínterim, Deodoro foi acusado, em denúncia apresentada ao Superior Tribunal de Justiça pelo deputado provincial gaúcho e ex-ministro da Guerra Antônio Eleutério de Camargo, de prevaricação, por desviar dinheiro público em favor de um protegido, processo em que seria absolvido.

Logo em seguida ao pronunciamento do visconde de Pelotas, o coronel Sena Madureira, agora comandante da Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo (RS), publicou no jornal republicano *A Federação*, de Porto Alegre, um artigo em que relacionava o caso Cunha Matos com a situação que acontecera com ele próprio em 1884. Sua tese era que ambos

havia sido punidos com base em avisos ministeriais que iam contra o direito de livre manifestação do pensamento, garantido pela Constituição a todos os brasileiros. O ministro da Guerra quis saber se Deodoro, superior de Sena Madureira, lhe dera autorização para publicar o artigo. Em 3 de setembro Deodoro respondeu que não, mas que enviaria a Alfredo Chaves um ofício sobre a questão. Antes que lhe chegasse o ofício, no qual Sena Madureira era defendido, o ministro determinou a Deodoro que informasse a Sena Madureira que este havia sofrido pena de repreensão em ordem do dia. A instrução não foi cumprida. Punido assim mesmo, o oficial manifestou seu inconformismo com a pena, expresso no “Protesto” que publicou no mesmo jornal, e foi exonerado do comando que exercia.

As punições sofridas por Sena Madureira mobilizaram a oficialidade da guarnição de Porto Alegre, que recebeu o apoio de várias outras, sediadas em diversos pontos da província, e do visconde de Pelotas, que voltou a discursar no Senado contra o ministro da Guerra. O conflito aproximava Pelotas, liberal, e Deodoro, ligado aos conservadores. A *Federação* apoiava os oficiais, inclusive Deodoro, tentando capitalizar politicamente o conflito entre eles e o governo de Cotegipe. Autorizados por Deodoro, os oficiais realizaram em 30 de setembro uma reunião para anunciar que aderiam à tese da inconstitucionalidade dos avisos ministeriais que vinham sendo usados como base para as sanções.

Na Corte, expressivos setores da jovem oficialidade, em especial a acadêmica, se mostravam sensíveis à mobilização dos oficiais no Sul. Crescia entre eles a liderança do major Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de matemática na Escola Militar. Em 10 de outubro vários alunos promoveram uma reunião na Sociedade Francesa de Ginástica para discutir a questão. Benjamin Constant dirigiu inicialmente os trabalhos e apresentou uma moção em que os oficiais do Exército e da Armada presentes deixavam claro que a luta dos colegas do Rio Grande do Sul visava à defesa de seus direitos constitucionais. A moção, aprovada quase unanimemente por uma plateia constituída por maioria esmagadora de estudantes militares, desencadeou uma onda de manifestações de solidariedade de guarnições de vários pontos do país, bem como a reação do governo, que determinou a prisão de Sena Madureira. No dia 18, contudo, o Conselho Supremo Militar e de Justiça (CSMJ), órgão máximo da Justiça Militar, reconheceu que os oficiais tinham o direito de discutir qualquer assunto que não se referisse a matéria de serviço, interpretação reforçada alguns dias mais tarde pelo imperador ao anunciar que os militares podiam manifestar-se sem restrições pela imprensa. Dois dias depois, Deodoro e o visconde de Pelotas encabeçaram uma nota, publicada na *Federação*, em que a oficialidade do Rio Grande do Sul reafirmava não estar em discussão a disciplina militar, mas o respeito aos seus direitos e ao brio da corporação.

Em 3 de novembro de 1886, o governo reconheceu, com base em parecer do CSMJ, que os avisos em que se baseara para punir Cunha Matos e Sena Madureira eram inconstitucionais e informou que suspenderia as notas de repreensão se os oficiais atingidos requeressem a medida. No dia 15, Sena Madureira publicou um memorial em que pedia a convocação de um Conselho de Guerra – primeira instância da Justiça Militar – para provar que fora punido injustamente. A recusa do governo em convocar o conselho e a intransigência de Sena Madureira e Cunha Matos, que não aceitavam fazer o requerimento, ensejaram a radicalização do engajamento de oficiais, inclusive Deodoro e Benjamin Constant, na Questão Militar, como o conflito começou a ser chamado.

A reivindicação, pelos militares, de direitos políticos análogos aos exercidos pelos cidadãos civis implicava a contestação dos padrões disciplinares e hierárquicos que presidiam as relações entre os militares. Tal padrão baseava-se na ideia da “obediência passiva e inconsciente”, e os sucessivos conflitos entre oficiais e autoridades militares, que o vinham erodindo desde a década anterior, abriam caminho para a inserção de novos grupos das forças armadas na vida política nacional. Desde 1871, discutia-se na imprensa republicana o papel do Exército no desenvolvimento nacional. Uma das ideias então elaboradas referia-se à possibilidade de uma nova forma de governo propiciar o surgimento de uma classe de “soldados-cidadãos”, que substituiria os “cidadãos servis” que compunham o Exército permanente. A corrente de opinião que, a partir dessa perspectiva, se desenvolveu entre os republicanos – que no ano anterior haviam fundado o seu partido em âmbito nacional – evoluiu no sentido da formulação de uma estratégia de aliança com os militares na luta contra a Monarquia. A radicalização dessa tendência foi significativamente alimentada na década de 1880 por alguns órgãos da imprensa republicana – em especial, *O País*, de Quintino Bocaiúva, *A Federação*, do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, e *O Diário de Notícias*, onde se destacava Rui Barbosa, que, embora monarquista, se aproximava das teses republicanas ao defender a adoção do federalismo. Esses jornais intervinham de maneira sistemática nas crises militares, procurando politizá-las ao bater na tecla de que os militares tinham o direito de questionar as normas disciplinares sempre que aplicadas contra a sua consciência.

Em consequência de suas atitudes em Porto Alegre, Deodoro passou a sofrer fortes críticas do Partido Liberal gaúcho, em especial do senador Gaspar Silveira Martins, o que lhe valeu manifestações de solidariedade por parte de oficiais da guarnição local. Depois de tensa troca de cartas com o barão de Cotegipe, em 22 de dezembro de 1886 foi demitido dos cargos que ocupava no Rio Grande do Sul. Rompia-se, assim, mais do que uma relação política. Era voz corrente, na época, que Cotegipe pretendia que Deodoro ocupasse o lugar simbólico do grande chefe militar conservador deixado vago pelo duque de Caxias, falecido

em 1880. Ainda na capital gaúcha, em janeiro de 1887, Deodoro foi um dos oradores em homenagem prestada a Sena Madureira – afastado do comando da Escola de Tiro de Rio Pardo –, com quem, dois dias depois, viajou para o Rio de Janeiro.

A chegada de Deodoro à Corte, em 26 de janeiro de 1887, teve importante sentido político. Alunos da Escola Militar, dirigida por seu irmão marechal Severiano da Fonseca, compareceram em grande número ao cais para prestigiá-lo, contrariando ordens do ministro da Guerra. O ato, que resultou na demissão de Severiano, prenunciou o papel central que Deodoro cumpriria na crise política entre segmentos militares e o governo.

Uma nova reunião de oficiais sediados no Rio de Janeiro foi realizada, no dia 2 de fevereiro de 1887, agora no Teatro Recreio Dramático. Deodoro presidiu a mesa diretora, integrada também por Sena Madureira e Benjamin Constant. A assembleia, composta por cerca de duzentos oficiais, aprovou unanimemente uma moção cujo conteúdo pode ser reduzido a quatro deliberações: exigiam a anulação dos efeitos dos avisos; rejeitavam qualquer medida de punição aos oficiais envolvidos na Questão Militar; recorriam à intervenção do imperador para dirimir o conflito com o governo, e delegavam poderes a Deodoro para negociar uma solução completa do conflito. A reunião teve forte impacto no cenário político nacional, levando órgãos de imprensa a afirmar que, naquele dia, o país ficara sem autoridade governamental.

No dia 5 de fevereiro, data em que foi publicada sua exoneração do cargo de quartel-mestre general, Deodoro encontrou-se com o imperador. Na ocasião, entregou-lhe um longo documento, em apontava nos atos de repreensão a Cunha Matos e Sena Madureira o propósito de desprestigiar o Exército, considerando-os um “insulto à classe militar”. Ao final, pedia ao imperador que fizesse cumprir o parecer do CSMJ, por ele mesmo mandado executar em 3 de novembro do ano anterior. A visita não alterou o quadro, e o ministro da Guerra continuou prestigiado. Uma semana depois, Deodoro, adoentado, enviou ao imperador novo apelo, agora permeado de alusões à gravidade da situação política. Afirmava o apoio popular à causa dos militares, o que tornava a “coisa” mais séria, assegurando que apenas quem não tivesse a “intuição do brio e do pundonor natural” e não cogitasse “das consequências a advir” poderia “encarar descuidoso a tormenta que se anuncia”, graças ao ministério que “atraçoava” o imperador na Questão Militar. Finalizava a carta informando que, se não fosse feita justiça aos militares, passaria a sentir vergonha da farda que vestia e pediria demissão do Exército. Nesse mesmo dia, Alfredo Chaves foi substituído por Joaquim Delfino Ribeiro da Luz à frente do Ministério da Guerra.

Em face da mudança, Deodoro considerou encerrada a Questão Militar. O novo ministro, contudo, manteve a posição de que só seriam cancelados os registros das punições a Cunha Matos e Sena Madureira se os interessados requeressem o “trancamento das notas”. Não

houve consenso entre os militares envolvidos diretamente na questão. Em reunião realizada no escritório de Alfredo Sena Madureira, irmão do tenente-coronel, este, contrário à exigência do governo, se desentendeu, em particular, com Benjamin Constant, que o enquadrava entre os “turbulentos que querem fazer a república”. Os oficiais atingidos com base nos avisos defendiam a tese de que se tratava de atitudes inconstitucionais e que, portanto, deveriam ser revertidas por iniciativa das autoridades que as haviam adotado. Percebendo que se equivocara ao considerar resolvida a Questão Militar, Deodoro anunciou, pelas páginas d’*O País*, que mantinha suas posições em relação ao governo. Do Rio Grande do Sul, o visconde de Pelotas proclamou-se solidário com essa atitude, afirmando que não poderiam “mais parar sem que seja resolvida honrosamente a questão, porque isso importaria em recuar, trazendo como consequência o nosso aniquilamento moral”. Chegado à Corte em inícios de maio de 1887, no dia 14 o visconde publicou n’*O País*, com Deodoro, um longo manifesto, cuja redação há quem atribua ao jornalista Rui Barbosa, instruído pelo senador liberal Manuel Pinto de Sousa Dantas, ex-presidente do Conselho de Ministros (1884-1885). No documento faziam ameaças veladas, reivindicando a condição de “cidadãos armados” e alertando para o fato de que o que se agitava não era uma questão de classe, porque o aviltamento do Exército envolveria a sociedade, que tinha nele a “mais estável segurança da paz, da legalidade, da organização civil do Estado”. O apelo que faziam à “opinião do país” era a derradeira declaração de que se manteriam no “posto de resistência à ilegalidade (...) enquanto o direito postergado não receber a sua satisfação plena” e haveriam de ser consequentes, “como quem não conhece o caminho por onde se recua sem honra”.

O documento teve impacto na Corte. Atividades parlamentares e negócios foram suspensos, enquanto circulavam pela cidade os mais variados boatos acerca da gravidade dos fatos. Em reunião realizada alguns dias depois entre Deodoro, Pelotas, Benjamin Constant e outros, avançou-se na ideia de que estavam dadas as condições para um movimento militar com o fim de depor o governo de Cotegipe – apodado pela imprensa oposicionista de “imperador interino” –, já que todos entendiam estar o imperador, mal de saúde, sem controle sobre o seu chefe de Gabinete.

Em 18 de maio, Pelotas discursou no Senado, na sessão que, para muitos observadores, ficaria registrada como uma das mais tensas na história da casa, para atacar mais uma vez o governo. Lembrou a Cotegipe, presente, que uma revolução depusera dom Pedro I em 1831 e aquele já era um fato bem aceito por todos. Apelava ao chefe de governo no sentido de que recuasse de sua posição de maneira que a Questão Militar se resolvesse de modo honroso e digno. Caso contrário, não se podia saber “o que poderá acontecer amanhã, apesar de confiar o nobre presidente do Conselho na força armada que tem à sua

disposição”.

Seguiram-se negociações entre líderes do Partido Liberal, Cotegipe e Pelotas, das quais Deodoro não participou por estar doente, embora tenha sido consultado. Chegou-se a um acordo pelo qual seria apresentada no Senado uma proposta de convite ao governo para suspender os efeitos dos avisos considerados inconstitucionais pelo Conselho Superior Militar e de Justiça. A indicação foi apresentada em 20 de maio, na forma de moção, por Silveira Martins. A discussão que se seguiu indicou, principalmente na intervenção do visconde de Taunay e na autodefesa de Cotegipe, a percepção da gravidade da crise política. Mais do que a autoridade do governo, estava em jogo a estabilidade do regime. A forte mobilização política de um expressivo segmento do Exército deixava o país sob a ameaça da guerra civil. Contra um pequeno número de votos, a indicação foi aprovada pelo Senado. Em seguida, o governo cancelou as notas de punição a Cunha Matos e Sena Madureira. Estava resolvida a pendência com os oficiais, mas o governo saía da crise gravemente desgastado.

Já os setores militares que se haviam envolvido no conflito resolveram organizar-se em âmbito nacional. Deodoro engajou-se, com Benjamin Constant e Sena Madureira, no projeto de organização, na Corte e em todas as guarnições importantes do país, de centros ou clubes militares análogos ao Clube Naval, fundado três anos antes. Em 2 de junho, oficiais do Exército reuniram-se na residência do capitão Inocêncio Serzedelo Correia, para, sob a presidência do coronel Cândido José da Costa, discutir um anteprojeto de estatutos apresentado por Marciano Augusto Botelho de Magalhães, irmão de Benjamin Constant. Para elaborar um parecer, elegeu-se uma comissão, composta por Deodoro, Benjamin Constant e Sena Madureira. Este último se encarregou de elaborar uma versão definitiva do projeto de estatutos, afinal aprovada em assembleia geral realizada em 4 de julho de 1887 na sede do Clube Naval. Ficaram definidos como fins do Clube Militar estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais do Exército e Marinha e defender pela imprensa, e junto aos poderes do Estado, os direitos e legítimos interesses da “classe militar”. Nas “Disposições Transitórias”, determinou-se a formação de uma comissão para estudar a criação de um montepio geral dos militares. A diretoria do clube ficou constituída por Deodoro (presidente), capitão de mar e guerra Custódio José de Melo (vice-presidente), coronel José Simeão de Oliveira (primeiro-secretário), Marciano Magalhães (segundo-secretário) e Benjamin Constant (tesoureiro, cargo que trocava, em agosto, pelo de vice-presidente). Uma comissão de imprensa foi constituída pelos capitães de mar e guerra José Marques Guimarães e Eduardo Wandenkolk e Sena Madureira. Simultaneamente à criação do Clube Militar, surgiu a proposta de lançar-se uma candidatura militar à vaga aberta no Senado pela morte de um representante da província do

Rio de Janeiro. Deodoro foi o nome escolhido. Benjamin Constant declarou que, jamais tendo votado, votaria em um candidato militar que não tivesse vínculos partidários e adotasse como programa a abolição da escravatura, a autonomia das províncias, o casamento civil, a separação da Igreja e do Estado e a secularização dos cemitérios, pontos comuns a republicanos e a alguns setores liberais. Deodoro, declarando-se apartidário e defendendo esse programa, recebeu o apoio de republicanos e da Confederação Abolicionista. Realizado o pleito em 17 de julho, ficou em último lugar, mas os pouco mais de mil votos recebidos, em grande parte concentrados na Corte, foram entendidos como um sinal do forte impacto das crises militares e do abolicionismo sobre o eleitorado, uma vez que a consulta fora feita no mais sólido reduto conservador escravista do país.

Em manifestação promovida por abolicionistas em sua homenagem logo depois a eleição, Deodoro declarou-se adepto da causa de longa data, informando que havia concorrido para a obtenção de grande número de cartas de alforria. Em fins de setembro, enviou ao barão de Cotegipe carta de protesto contra a prisão disciplinar de alunos da Escola Militar de Porto Alegre que haviam publicado uma nota de boas-vindas a Joaquim Nabuco, líder abolicionista que regressava de viagem à Inglaterra.

A abolição foi a primeira grande questão nacional em que o Clube Militar interveio. O movimento social contra a escravidão ampliava-se, desenvolvendo novas formas de luta, principalmente nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro. Aumentava rapidamente o número de casos de fugas de escravos das propriedades rurais, nem sempre pacíficas. As forças públicas provinciais e o Exército estavam sendo chamados a colaborar na perseguição aos evadidos das fazendas. Essa atribuição entrava em choque com a ampla tendência abolicionista existente entre os militares. Na primeira reunião do Clube Militar, realizada poucos dias após violento episódio de fuga de escravos em Itu (SP), Benjamin Constant propôs a Deodoro que o clube adotasse a bandeira da abolição. Nasceu aí a petição, datada de 25 de outubro de 1887, em que os membros do Clube Militar solicitaram à princesa Isabel – o imperador estava na Europa desde junho, tendo deixado a filha como regente – que não consentisse o emprego de forças do Exército na captura de escravos fugidos, isto é, como capitães do mato. A atitude teve ampla repercussão pública e, embora continuassem sendo enviados para operações de captura, os militares passaram a boicotar as missões. Neste momento, como aponta Carla Nascimento, a crise política em torno da liberdade de expressão dos militares passou a cruzar-se com a crise do próprio regime monárquico, expressa pela desagregação do quadro partidário e pela contestação ao trabalho escravo. A moção do Clube Militar indicava que o setor estatal encarregado de sustentar a ordem escravista se tornava um elemento da sua própria desagregação.

Novo atrito entre militares e o governo aconteceu em fevereiro de 1888, quando a polícia

da Corte prendeu o capitão-tenente da Armada Antônio José Leite Lobo, que reclamou de maus tratos na prisão, pelos quais responsabilizou o alferes comandante da unidade policial. O Clube Naval exigiu uma reparação do governo, que se comprometeu apenas a abrir um inquérito. Enquanto grupos de policiais e militares se enfrentavam nas ruas da cidade, no primeiro dia de março o Clube Militar constituiu, em assembleia geral, uma comissão para manifestar a adesão do Exército ao procedimento da Armada no caso. Mais uma vez o governo cedeu às pressões dos militares, demitindo, sucessivamente, o alferes, o chefe de polícia e, por fim, o próprio chefe do governo, barão de Cotegipe, escravocrata ardoroso, que foi substituído pelo conselheiro João Alfredo, igualmente do Partido Conservador, mas defensor da abolição da escravatura.

A Câmara dos Deputados recebeu, no dia 8 de maio, o projeto de João Alfredo que determinava a imediata abolição da escravidão. Depois de discutido por três dias, o projeto foi aprovado e remetido incontinentemente ao Senado, onde foi também sancionado. No dia 13 de maio de 1888, à tarde, foi tornado lei e referendado pela princesa Isabel.

Deodoro participou das comemorações que se seguiram ao fim da escravidão, inclusive do banquete que, em junho, homenageou o conselheiro João Alfredo. Mas, ao que tudo indica, a turbulenta conjuntura política vivida pela monarquia não o fizera deixar-se seduzir pela alternativa republicana. Em correspondência trocada em fins de 1888 com seu sobrinho Clodoaldo da Fonseca, aluno da Escola Militar de Porto Alegre e republicano, sustentou a tese de que a monarquia, com todos os seus problemas, era o “único sustentáculo” do país, e a república constituiria, no Brasil, uma “verdadeira desgraça”, por não estarem os brasileiros preparados para ela. Entre as exceções, apontava Júlio de Castilhos, líder republicano no Rio Grande do Sul.

Provavelmente para afastá-lo do centro político do país, o ministro da Guerra Tomás Coelho convidou Deodoro para assumir o posto de comandante das armas de Mato Grosso. Para aceitar o cargo, Deodoro impôs a condição de assumir também a presidência da província e receber poderes para organizar três brigadas militares, que considerava necessárias para o controle da zona de fronteira. Recebeu do ministro resposta que lhe ampliava grandemente as responsabilidades militares, mas não a nomeação para o Executivo provincial. No dia 27 de dezembro, embarcou para Mato Grosso. Chegou a Corumbá em 30 de janeiro de 1889 e assumiu o comando que lhe fora destinado. Lá, esteve cercado de oficiais republicanos. Quando seu irmão Severiano da Fonseca faleceu, em 19 de março, teria declarado, segundo seu biógrafo, que havia morrido a única pessoa que ainda o podia conter. Em resposta à homenagem que oficiais lhe prestaram quando do primeiro aniversário da abolição da escravidão, afirmou que nada mais o detinha e que se enganavam aqueles que o julgavam preso, porque as teias que o envolviam eram de aranha

e ele poderia libertar-se delas facilmente.

Em 11 de junho, um novo gabinete de ministros tomou posse, sob a chefia do visconde de Ouro Preto, senador pelo Partido Liberal. Seu programa de governo incluía várias propostas de reforma do regime monárquico, que, no seu entender, deveria assumir a feição de uma monarquia constitucional representativa. Reduzia o caráter altamente centralizado do Império, sem, contudo, implantar o federalismo, e contemplava os republicanos com o fim da vitaliciedade do Senado e a adoção da liberdade de culto. Acusado na Câmara de estar dando início à república, Ouro Preto retrucou que, ao contrário, seu programa levaria à inutilização da república. Durante os debates, recebeu críticas dos liberais, pela timidez em relação ao problema do federalismo, e dos conservadores, opositoristas.

O GOLPE REPUBLICANO

Com a posse do gabinete Ouro Preto e a nomeação do visconde de Maracaju para o Ministério da Guerra, Deodoro exonerou-se do cargo que ocupava em Mato Grosso. Chegou ao Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1889, constituindo seu desembarque, novamente, motivo de grande mobilização política. No mesmo dia, novo atrito com autoridades civis realimentou a oposição de segmentos militares ao governo. Aconteceu de Ouro Preto chegar ao prédio do Ministério da Fazenda e não encontrar no posto o chefe da guarda, tenente Pedro Carolino Pinto de Almeida. Entendendo que o oficial dormia em serviço, ordenou a sua prisão. O tenente explicou que se ausentara para satisfazer necessidades fisiológicas, mas a ordem foi mantida.

O “incidente Carolino” teve, desde o início, suas dimensões potencializadas pela ação política de setores civis e militares. A nomeação do conselheiro Cândido de Oliveira para a pasta da Guerra, embora em substituição temporária ao titular, visconde de Maracaju, desagradara profundamente aos grupos ainda marcados pela Questão Militar, durante a qual se haviam antagonizado com ele. Ao mesmo tempo em que a imprensa opositorista tomava o caso como pretexto para fustigar o governo, o ministro da Guerra interino confirmou a prisão do tenente, fixando a duração da pena em oito dias.

A atitude do ministro provocou movimentações militares. No dia 15 de setembro, um grupo integrado por alunos da Escola Superior de Guerra e outros jovens oficiais, num total de 40 membros do Clube Militar, solicitou a Deodoro, presidente do clube, a convocação de uma sessão extraordinária para tratar do “caso Carolino”. A resposta foi que naquele momento não havia necessidade de realizar tal sessão. De acordo com os estatutos do Clube Militar, contudo, o número de assinaturas garantia a convocação da sessão, e os oficiais recorreram a Benjamin Constant, que fez gestões junto a Deodoro para realizar uma sessão de protesto. Estando Deodoro doente, Benjamin Constant se dispôs a presidir a sessão solicitada.

Ainda doente, Deodoro estava sendo substituído por Benjamin Constant na presidência do Clube Militar quando eclodiu mais um conflito entre o ministro da Guerra e um oficial. Desta vez, o pivô foi o tenente-coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet, comandante da Escola Militar do Ceará. Disputas em torno do preenchimento de uma vaga de instrutor, resolvidas por força de empenhos políticos, fizeram com que, sentindo-se desprestigiado, Mallet anunciasse que pediria demissão. A reação do ministro da Guerra, ainda o conselheiro Cândido de Oliveira, foi violenta: no dia 23 de outubro, demitiu-o “a bem do serviço público” e ordenou que fosse submetido à justiça castrense por infração das regras de disciplina e desrespeito à hierarquia militar.

Na manhã desse mesmo dia, o agora tenente-coronel Benjamin Constant foi à Escola Militar, onde as autoridades ofereciam uma festa aos oficiais do cruzador chileno *Almirante Cochrane*, chegado havia pouco ao Rio de Janeiro em visita de cortesia. Fora convidado pelos alunos, já que, tendo sido recentemente nomeado professor da Escola Superior de Guerra, não integrava mais o quadro docente daquela escola. Fizeram-se brindes às autoridades presentes, e em seguida um aluno propôs que se brindasse a ele. Benjamin Constant discursou por mais de uma hora, criticando o governo, ali representado pelo ministro interino da Guerra, e responsabilizando-o pelos conflitos entre o Exército e o poder civil.

Rumores de que o governo puniria Benjamin Constant deixaram a mocidade militar em pé de guerra e ansiosa por demonstrar-lhe solidariedade. Na Escola Superior de Guerra foi preparada uma festa surpresa. No dia 26, ao fim da aula, alunos e oficiais invadiram sua sala e o homenagearam pelo discurso do dia 23. Três oradores ressaltaram, em apaixonados discursos, a defesa que fizera “dos direitos e brios do Exército e Armada nacionais”. Ainda na Escola, Benjamin Constant recebeu um bilhete de Quintino Bocaiúva, chefe nacional do Partido Republicano, que lhe pedia um encontro. No almoço, recebeu uma mensagem assinada no mesmo dia por 39 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, primeira de uma série de seis declarações de teor análogo que receberia antes de 15 de novembro e que ficariam conhecidas como “pactos de sangue”. O texto denunciava os políticos como inimigos da nação, proclamava a solidariedade a Benjamin Constant e lhe pedia que liderasse os signatários na luta pela liberdade.

O encontro solicitado por Quintino Bocaiúva aconteceu no dia seguinte, 27 de outubro, na residência de Benjamin Constant. Convieram que seria adequada a publicação de artigos que acirrassem o ânimo do Exército contra o governo, atribuindo-lhe medidas para abater o moral e a economia pessoal dos militares, bem como seus direitos à estabilidade e vitaliciedade no cargo. Nos dias seguintes, *O País* publicaria vários artigos na linha acertada, um dos quais acusava o governo de pretender reapresentar ao Parlamento a lei do

montepio obrigatório, considerada pelos militares lesiva aos seus direitos e brios. Esse artigo, comentado e endossado em seguida por Rui Barbosa nas páginas do *Diário de Notícias*, teria repercussão explosiva entre a oficialidade do Exército.

Enquanto as autoridades distribuíam algumas punições – demissão do comandante da Escola Superior de Guerra e censura aos oradores –, Benjamin Constant encontrou-se no dia 30 de outubro com o líder republicano Aristides da Silveira Lobo em seu escritório, no centro da cidade. Conspiravam intensamente, mas o imperador não parecia dar-se conta da gravidade da situação. Do palácio de São Cristóvão, o que transpirava era o empenho com que estava sendo organizado um baile, marcado para o dia 9 de novembro na ilha Fiscal, próxima do cais da cidade. Seria mais uma homenagem – a mais exuberante, esperava-se – à oficialidade do *Almirante Cochrane*.

Deodoro, que convalescia em casa, recebeu, no dia 4 de novembro, a visita de alguns jovens oficiais republicanos. Na presença de seu sobrinho Clodoaldo da Fonseca, ouviu argumentos em favor da derrubada da monarquia. Embora ainda reticente, segundo seu biógrafo, ao fim da reunião admitiu a necessidade de mudar a forma de governo, em benefício da pátria e do Exército.

No dia 6 de novembro Deodoro foi visitado por Benjamin Constant, que, depois, se reuniu com seu filho, seu irmão Marciano e alguns jovens oficiais para discutir a Questão Militar. O grupo combinou uma reunião secreta de alguns membros do Clube Militar para o dia 8 e outra, aberta, para o dia 9, mesma data do baile programado pela Coroa. Resolveu, também, tomar providências para evitar suspeitas por parte do governo: a reunião do Clube Militar deveria realizar-se com toda discrição; como demonstração de disciplina, dariam um jeito de tornar público que aceitavam o anunciado embarque do 22º Regimento de Infantaria para o Amazonas, que os militares estavam entendendo como uma medida tomada pelo governo para dividi-los. No dia seguinte, nova reunião, agora com a presença de Quintino Bocaiúva, decidiu que era hora de encontrarem-se os chefes republicanos com Deodoro para definir a organização do futuro governo provisório.

O *Diário de Notícias* publicou no dia 8 o artigo “Questão Militar”, de Rui Barbosa, altamente elogioso a Benjamin Constant. À noite, realizou-se no Clube Militar a reunião secreta combinada no dia 6. Neste encontro ficou decidido o encaminhamento que se daria ao problema da direção do trabalho de organização política e militar do golpe republicano. No dia seguinte, quando se faria a reunião pública do Clube Militar, a cidade vivia a expectativa do baile na ilha Fiscal. O *Diário de Notícias* publicou o artigo “Plano contra a Pátria”, também de Rui Barbosa, que foi procurado por Benjamin Constant em seu escritório, onde conversaram sobre a situação política, que caracterizaram como de “explosão iminente”.

Ainda impedido Deodoro por seu estado de saúde, a presidência da sessão do Clube Militar coube a Benjamin Constant. Embora a entidade estivesse um tanto abandonada, contando então com apenas cerca de 120 sócios e participação insignificante de oficiais superiores, havia 116 presentes à reunião, graças ao esforço de filiação desenvolvido nos dias anteriores. Benjamin Constant levantou o problema da direção do movimento, solicitando que “que lhe fossem dados plenos poderes para tirar a classe militar de um estado de coisas incompatível com sua honra e dignidade”. Aprovado por unanimidade o pedido, o vice-presidente do clube fez um pronunciamento final, pedindo alguns dias para desincumbir-se da missão.

No dia seguinte, Benjamin Constant iniciou o cumprimento do mandato recebido no Clube Militar. Não tomou, contudo, qualquer iniciativa de contato com o governo. Ao invés, depois do almoço e ainda sob o impacto da partida, pela manhã, do 22º Batalhão para o Amazonas, procurou Deodoro em sua residência e, segundo relatos feitos por ele mesmo, conseguiu convencê-lo a liderar um movimento pela implantação da República no país. No dia 11, organizou uma reunião entre Deodoro, Quintino, Rui Barbosa, Francisco Glicério, representante dos republicanos paulistas, e alguns oficiais, inclusive da Marinha. Na ocasião, defendeu a proposta de uma intervenção militar no cenário político voltada para a destruição da monarquia, após o que o Exército se recolheria aos quartéis, entregando o governo da nação ao poder civil. Deodoro, diante do apelo que lhe foi feito para que assumisse a chefia do movimento, declarou-se convencido de que o imperador já não governava e aceitou o encargo. Selava-se, assim o acordo entre o mais prestigiado chefe militar e a direção do Partido Republicano em torno do projeto de substituição da Monarquia pela República. Por iniciativa de Quintino Bocaiúva, discutiu-se, também, a formação do novo governo. O líder republicano propôs que a presidência fosse atribuída a Deodoro, que defendeu o nome de Benjamin Constant, que também recusou a posição. Afinal, ficou acertado que Deodoro seria o primeiro presidente do Brasil republicano, ficando Quintino Bocaiúva encarregado de indicar os nomes dos futuros ministros. Enquanto essas manifestações aconteciam, um emissário de Benjamin Constant fazia contato com o grupo republicano de tendência positivista e divergente da direção nacional do Partido Republicano, liderado por Antônio da Silva Jardim e Aníbal Falcão. Em curta entrevista com Aníbal Falcão, Benjamin Constant o pôs a par do movimento, que garantiu ser federalista e civil-militar. Oficiais de altas patentes também foram sondados quanto à possibilidade de aderirem ao movimento. O general Floriano Peixoto, então no cargo de ajudante-general do Exército, foi um deles, mas nas oportunidades em que foi procurado em casa estava sempre com visitas. Deodoro conseguiu, contudo, reunir-se com ele e ouviu a opinião de que nada deveria fazer antes de esgotar as possibilidades de entendimento com

o governo.

Avisos chegaram ao governo, muitos deles anônimos, dando conta de que algo se tramava em corpos militares. Mas o ministro da Guerra e o ajudante-general sempre tranquilizavam o governo. No dia 12 de novembro, enquanto se realizava uma reunião do Gabinete, Benjamin Constant consolidou o apoio da Armada ao movimento em contatos com o contra-almirante Eduardo Wandenkolk e outros oficiais.

Dois dias depois, em reunião entre Benjamin Constant, Aristides Lobo, o tenente Lauro Sodré, o general Almeida Barreto, o coronel Cândido José da Costa e o major Sólton Ribeiro, acertou-se que a insurreição aconteceria no dia 16 de novembro e que se tomariam as seguintes providências: assaltar a Secretaria de Estado onde estivessem reunidos os ministros, que seriam presos; enviar o 7º Regimento de Infantaria para o Arsenal de Guerra, com o objetivo de tomá-lo e dali enviar recursos para as demais forças; provocar a saída das tropas aquarteladas no Campo de Santana (Campo da Aclamação); fazer marchar o Batalhão de Engenheiros de Realengo com as metralhadoras e a munição que se pudesse reunir. À noite, Deodoro reuniu-se com Benjamin Constant. Suas péssimas condições de saúde e a imprecisão das informações militares os levaram a decidir pelo adiamento da ação insurrecional por alguns dias.

O governo teve notícia de que circulavam na cidade rumores de que pretendia prender Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. Tratava-se, na verdade, de um boato que o major Sólton resolvera disseminar para precipitar os acontecimentos. Informado de que o 1º Regimento de Cavalaria estava em armas, o visconde de Ouro Preto convocou os ministros para uma reunião, por volta das 11 horas da noite, no Quartel-General do Exército, no Campo de Santana. No pátio interior do quartel e em frente ao prédio, foram postados cerca de dois mil homens, pertencentes ao 7º e ao 10º batalhões de Infantaria de Linha, ao Corpo Policial da Corte, ao Corpo de Bombeiros e à Armada.

De fato, instigados pelos boatos, os corpos aquartelados no bairro de São Cristóvão haviam decidido pôr-se em armas e aguardar a chegada dos chefes. Na madrugada do dia 15 de novembro, Benjamin Constant foi buscado em sua residência no Instituto dos Cegos e conduzido ao Quartel-General do Exército para tomar a frente das forças rebeldes – 1º e 3º regimentos de Cavalaria e 2º Regimento de Artilharia de Campanha, que formavam a 2ª Brigada do Exército.

Neste ínterim Deodoro recebera um aviso de Benjamin Constant e, apesar das precárias condições físicas em que se achava, seguira para o Campo de Santana, bem próximo à sua residência. Ali assumiu o comando das tropas rebeldes. Aconteceu nesse momento o único episódio sangrento do dia: o ministro da Marinha, barão de Ladário, dirigia-se ao Quartel-General quando recebeu ordem de prisão de um tenente e reagiu, sendo ferido. Em poucos

minutos a força que guarnecia o Quartel-General foi cercada, sem reação, pelo 9º Regimento de Cavalaria. Alinhadas as tropas de artilharia em frente ao prédio, as da Armada e da Polícia confraternizaram com os rebeldes.

O GOVERNO PROVISÓRIO

Deposto o Gabinete Ouro Preto, Deodoro, Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa e outros líderes do movimento reuniram-se para acertar as bases do governo provisório republicano, enquanto na Câmara Municipal José do Patrocínio, na condição de vereador mais moço, dava por oficialmente proclamada a República. No dia seguinte, o primeiro número do *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil* informava a composição do novo governo: Deodoro da Fonseca (presidente), Benjamin Constant (Guerra), Aristides Lobo (Interior), Rui Barbosa (Fazenda), Eduardo Wandenkolk (Marinha), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores, cumulativamente com Agricultura, Comércio e Obras Públicas, enquanto o futuro titular, Demétrio Ribeiro, não chegasse do Rio Grande do Sul). Também ainda não se encontrava no Rio de Janeiro o futuro ministro da Justiça, Manuel Ferraz de Campos Sales, de São Paulo. Na tarde do dia 16, o governo provisório prestou juramento na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

O primeiro decreto do novo governo, datado do dia 15 e também publicado no *Diário Oficial* do dia 16, determinava a adoção, a título provisório, da forma republicana federativa no país, enquanto não se organizasse uma assembleia constituinte. Transformava as províncias em estados, com direito a constituição própria, e colocava sob a administração do governo provisório, também provisoriamente, o município neutro, correspondente à cidade do Rio de Janeiro, sede do poder federal. Estavam dados, assim, os primeiros passos, a serem continuados pelo futuro Congresso Constituinte, em direção ao tipo de Estado federativo que, a partir de 1868, unira a dissidência do Partido Liberal aos republicanos, em particular os paulistas, na luta contra a monarquia centralizada.

O Decreto nº 7, de 20 de novembro, dissolveu as assembleias legislativas provinciais e definiu as atribuições dos governadores provisórios, a serem nomeados pelo governo federal. Em alguns estados formaram-se governos imediatamente após a deposição da Monarquia, em torno dos líderes que depuseram os presidentes provinciais. Em outros, assumiram, por nomeação, oficiais ligados principalmente a Deodoro – o governo de Alagoas coube a seu irmão Pedro Paulino da Fonseca, então tenente reformado – e a Benjamin Constant. Em outros ainda, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, civis assumiram o governo.

A aceitação internacional do novo regime foi rápida, uma vez que foi assegurado o cumprimento de todos os compromissos externos. Em dois meses, praticamente todos os

países da América e da Europa já haviam normalizado as relações oficiais com o Brasil.

A composição heterogênea do governo provisório logo gerou desentendimentos entre os seus membros. Para equacionar o problema, foi criado o Conselho de Ministros. Uma das questões capitais a enfrentar era a natureza do Estado a ser construído sob a forma republicana. Predominava entre os republicanos o modelo liberal-federalista, mas a presença no governo de dois positivistas conhecidos – Benjamin Constant e Demétrio Ribeiro – era vista por muitos como uma ameaçadora possibilidade de solução ditatorial. Entretanto, o governo provisório, constituído como uma ditadura por força da sua própria origem, estabeleceu desde logo um plano de reorganização política do país que tinha como objetivo máximo a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

O primeiro passo nesse sentido foi a promulgação, em 19 de novembro, do Decreto nº 6, que considerava eleitor todo cidadão brasileiro que soubesse ler e escrever, a despeito da renda que auferisse, substituindo, portanto, o critério censitário econômico prevalecente no Império pelo critério educacional. Pelo Decreto nº 29, de 3 de dezembro, foi nomeada uma comissão especial para elaborar o projeto de Constituição que serviria de ponto de partida para os trabalhos dos futuros constituintes. No dia 14 de dezembro, o Decreto nº 58-A determinou que passariam a ser considerados brasileiros todos os estrangeiros residentes no país que não manifestassem, no prazo de seis meses, o propósito de conservar a nacionalidade originária, medida que ficaria conhecida como a “grande naturalização”. A convocação da Assembleia Nacional Constituinte pelo Decreto nº 78-B, de 21 de dezembro de 1889, para 15 de setembro do ano seguinte, foi uma séria derrota para os defensores do adiamento *sine die* da democratização do país.

O programa de institucionalização republicana não seria implementado, entretanto, sem enfrentar um fantasma político: a reação monarquista. O receio resultava do clima alimentado interna e externamente por uma onda de boatos que anunciavam a iminência de graves perturbações da ordem pública.

Houve, de fato, focos de resistência em alguns pontos do país, mas eram casos isolados que não serviam de base à formação de um partido restaurador. Eram poucos os chefes monarquistas que não haviam aderido à República. Ainda assim, a hipótese de reação monarquista deu ensejo a uma série de medidas preventivas que acentuaram a face ditatorial do governo provisório. No dia 23 de dezembro foi baixado um decreto, de nº 85-A, que a oposição logo apelidaria de “decreto-rolha”, pelo qual poderia ser julgado militarmente, por uma comissão formada pelo ministro da Guerra, e punido com as “penas de sedição” qualquer indivíduo que conspirasse ou atentasse contra a República. Para executar o decreto, organizou-se a Comissão Mista Militar de Sindicâncias, que agiu com severidade e aplicou pesadas penas, inclusive a de morte, em geral comutadas por outras

mais leves. A imprensa foi duramente atingida pelo “decreto-rolha”. A *Tribuna Liberal*, monarquista, foi impedida de circular, enquanto outros jornais, ameaçados, restringiram drasticamente o noticiário político.

A piora do estado de saúde de Deodoro levou à criação, no dia 31, dos cargos de vice-chefes do governo provisório. Rui Barbosa foi nomeado primeiro vice-chefe, e Benjamin Constant, segundo vice-chefe. Embora a nomeação tivesse cabido a Deodoro, como chefe do governo, as relações entre ele e Benjamin Constant estavam se tornando extremamente tensas. Um dos principais motivos da crise residia no tratamento dado às reivindicações dos militares em geral e, em particular, daqueles que haviam participado ativamente do golpe republicano. Deodoro quis conceder promoções de forma generalizada nas forças armadas, enquanto Benjamin Constant, que se demonstrara pródigo na decretação de substantivos reajustes nos soldos, as queria seletivas. A divergência se estendeu às respectivas áreas de influência na oficialidade, com acusações mútuas de favorecimento. Ao fim, as promoções foram concedidas em massa e a título de recompensa por “serviços relevantes” à proclamação da República, beneficiando oficiais ligados a ambos os líderes. As virtudes republicanas desses oficiais também seriam premiadas em 15 de janeiro de 1890, quando, durante uma festividade pública, foram promovidos “por aclamação” os três principais militares integrantes do governo provisório: Deodoro, a marechal; Benjamin Constant, a general de brigada, e Eduardo Wandenkolk, a vice-almirante.

Em pouco tempo, Deodoro viu-se envolvido em conflitos relacionados à política financeira do governo provisório, conduzida por seu primeiro vice-presidente. Por iniciativa de Rui Barbosa, em 17 de janeiro foi publicado um decreto que facilitava a criação em alguns estados de bancos que poderiam emitir moeda, sem lastro em ouro e prata, a fim de conceder empréstimos destinados a financiar indústrias novas, em especial na forma de sociedades anônimas, que poderiam captar recursos privados pela venda de ações. O decreto incluía medidas que foram entendidas como prejudiciais a alguns estados, gerando oposição de seus representantes no governo e na imprensa. As novas determinações, que tinham antecedentes na política financeira do gabinete Ouro Preto, desencadeariam intensa atividade especulativa, apelidada de “Encilhamento” – por analogia com o momento em que se colocam as selas nos cavalos antes das corridas nos hipódromos, quando se intensifica o movimento de apostas –, e uma escalada inflacionária.

Em torno do decreto se antagonizaram, fundamentalmente, Rui Barbosa e Demétrio Ribeiro, que acabaria por renunciar à pasta da Agricultura. Deodoro apoiou Rui Barbosa e tentou resolver a crise de governo ameaçando deixá-lo. Ainda em janeiro, propôs a renovação do “decreto-rolha” para reprimir a *Gazeta de Notícias*, que criticava a política bancária. Benjamin Constant foi contrário à proposta. Declarou defender um governo forte

– uma “ditadura progressista” –, porque entendia que o fortalecimento da autoridade era condição para a estabilidade da República, mas não o exercício centralizado de poderes por Deodoro. Para ele, os membros do governo provisório eram ministros, não simples secretários do chefe, e deveriam ter responsabilidades de governo. Inseguro quanto à disposição de Deodoro de manter a agenda reconstitucionalizadora, declarou publicamente que o governo provisório manteria a data das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 15 de setembro. A crise foi superada, afinal, com a adoção de algumas alterações no texto original da “lei bancária”, anunciadas em 1º de fevereiro por decreto que incluía São Paulo e Goiás nas áreas beneficiadas e fixava novos limites para a emissão dos bancos.

Reunido o Conselho de Ministros em 15 de março, Deodoro declarou-se contrariado com algumas irregularidades que estariam ocorrendo na administração. Referia-se a episódios que envolviam ex-alunos e seguidores de Benjamin Constant. Irritado, observou que já havia chamado a sua atenção para esses problemas: “parece, porém, que as providências tomadas não foram bastante enérgicas e não produziram o efeito desejado”. Se não fossem tomadas, pelo ministro da Guerra, medidas mais severas, ele mesmo as tomaria, porque, a haver um Exército desmoralizado, era preferível não haver Exército: dissolvê-lo-ia, portanto, se a isso fosse levado pela “anarquia e desrespeito ao princípio militar”. Benjamin Constant deu conta das medidas que vinha tomando “para evitar as revoltas e manifestações de indisciplina”, asseverando que, para abafar “qualquer tentativa reacionária”, dispunha de elementos previstos em lei que eram suficientes, pelo que se eximia de propor a criação de novas medidas.

Os conflitos entre os dois principais líderes militares do governo provisório – que chegaram à iminência de um duelo – levariam a uma mudança na estrutura governamental. Desde o Império já se cogitava a criação de um ministério voltado prioritariamente para a instrução pública. Nos primeiros meses do novo regime, os assuntos da área permaneceram na jurisdição do Ministério do Interior. No dia 12 de abril, Benjamin Constant apresentou ao Conselho de Ministros o projeto de reforma do ensino nas escolas do Exército, que foi transformado no Decreto nº 330. O novo regulamento do ensino militar deu continuidade às suas preocupações com a formação dos futuros oficiais, que deveriam receber uma educação integral positivista, baseada na classificação enciclopédica das ciências, que os prepararia para o exercício dos deveres de “cidadão-armado”. Tais diretrizes visavam à modernização moral e teórica do soldado brasileiro, sem, contudo, “desviá-lo de seus deveres como cidadão no seio do lar e no seio da Pátria”. Para que o futuro oficial tivesse uma sólida preparação científica, introduziram-se no currículo as cadeiras de biologia, sociologia e moral. Depois, viria a formação estritamente profissional. Em geral, acusou-se

o regulamento de ter valorizado excessivamente o aspecto científico do plano de ensino e descuidado da formação militar dos alunos. O Apostolado Positivista, por seu turno, o questionou radicalmente, considerando-o incompatível com a doutrina positivista. Uma semana depois, no dia 19, o Conselho de Ministros decidiu afastar Benjamin Constant do Ministério da Guerra e criar a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios de Telégrafos, nomeando-o para dirigi-la.

A remoção de Benjamin Constant – considerado incapaz de enfrentar as questões disciplinares no meio militar, principalmente aquelas que envolviam os jovens oficiais aos quais era ligado – da pasta da Guerra constituiu um problema delicado, tendo em vista a posição política e simbólica que ocupava desde o golpe republicano. Assim, os membros do governo provisório – que seriam todos, inclusive os civis, portadores da patente de general de brigada por iniciativa de Deodoro, através de decreto datado de 25 de maio – arquitetaram uma transferência considerada honrosa, já que no novo ministério Benjamin Constant poderia dedicar-se à área para a qual se demonstrava verdadeiramente vocacionado. Em junho, a pasta da Guerra seria passada para o marechal Floriano Peixoto, mais experiente em assuntos da caserna.

PRESIDENTE CONSTITUCIONAL

O trabalho da comissão de juristas encarregada de elaborar o projeto de Constituição foi entregue em 29 de maio de 1890 ao Conselho de Ministros, que procedeu à sua revisão, da qual Deodoro participou ativamente, em especial na defesa da forma federativa do regime. Em 22 de junho o projeto constitucional do governo se transformou no Decreto nº 510, mas ainda sofreria alterações, recebendo em 23 de outubro o nº 914-A, com o qual seria enviado à apreciação da Assembleia Nacional Constituinte. Realizadas em 15 de setembro as eleições, o Congresso Constituinte foi instalado em 15 de novembro. Contra a posição de Deodoro, que entendia deverem seus ministros optar entre a posição no governo e o mandato constituinte, todos, com exceção de Benjamin Constant, participaram do Congresso como senadores ou deputados.

Enquanto se iniciavam os trabalhos constituintes, Deodoro enfrentou grave crise governamental. Vinha sendo fustigado por jornalistas ligados ao regime deposto, e diante disso partidários seus, o major Clodoaldo da Fonseca, seu sobrinho, à frente, decidiram retaliar, empastelando a redação do jornal *A Tribuna*, remanescente da imprensa liberal. Deodoro assumiu oficialmente posição contrária à ação, mas, no dia 29 de novembro, o jornal foi depredado, e seus funcionários, agredidos. Em consequência, os ministros apresentaram pedido de demissão coletiva, recusada por Deodoro, que chegou a ameaçar com a renúncia caso insistissem na ideia. Em janeiro de 1891, a insistência de Deodoro em

deferir o pleito que vinha fazendo um amigo seu para que lhe fosse concedida garantia de juros para a construção e exploração de um porto em Torres, no Rio Grande do Sul, levou a nova crise, já que o pedido encontrou resistência generalizada entre os ministros. O impasse se resolveu com a renúncia coletiva do ministério em 20 de janeiro de 1891. Para reorganizar o governo, Deodoro convidou Henrique Pereira de Lucena, barão de Lucena, seu amigo de longa data e político monarquista recém-convertido à República. As pastas foram atribuídas inicialmente ao próprio Lucena (Justiça e, cumulativamente, Agricultura, Comércio e Obras Públicas), ao general Antônio Nicolau Falcão da Frota (Guerra), ao contra-almirante Fortunato Foster Vidal (Marinha), a Tristão de Alencar Araripe (Negócios Estrangeiros, interinamente, Fazenda e Negócios do Interior, cumulativamente) e João Barbalho Uchoa Cavalcanti (Instrução Pública, Correios e Telégrafos, interinamente). De todos, exigiu-se o compromisso prévio de apoiar a posição de Deodoro em relação ao porto de Torres.

Quando, ainda durante os trabalhos da Constituinte, se iniciaram as negociações para a eleição dos futuros presidente e vice-presidente da República, a serem escolhidos pelo voto dos deputados e senadores constituintes, o nome de Deodoro despontou como a alternativa situacionista, tendo como companheiro de chapa o vice-almirante Eduardo Wandenkolk. Floriano Peixoto, então senador, candidatou-se a vice-presidente na chapa oposicionista, encabeçada por Prudente de Moraes, presidente do Congresso. Promulgada a primeira Constituição republicana em 24 de fevereiro de 1891, no dia seguinte procedeu-se à eleição presidencial em ambiente de grande tensão, provocada por boatos segundo os quais a guarnição militar fecharia o Congresso se Deodoro perdesse. Deodoro saiu vitorioso, recebendo 129 votos contra 97 de Prudente. Floriano Peixoto foi eleito vice-presidente com 153, superando Wandenkolk, que obteve 57. Como a Constituição permitisse a eleição de candidatos de chapas diferentes, Deodoro e Floriano foram consagrados, respectivamente, os primeiros presidente e vice-presidente constitucionais do Brasil republicano e empossados no dia 26. Em seguida, a Assembleia Nacional Constituinte se transformou em Congresso ordinário. Pelo Artigo 17 da Constituição, as legislaturas durariam três anos, e o Congresso deveria se reunir a 3 de maio de cada ano. Mas segundo as Disposições Transitórias, Artigo 1º, § 4º, a primeira legislatura republicana começaria em 15 de junho de 1891.

Deodoro formou seu governo com o barão de Lucena (Justiça e, depois, Fazenda), Antônio Nicolau Frota (Guerra), Foster Vidal (Marinha), Justo Leite Chermont (Relações Exteriores), Tristão Araripe (Fazenda e, depois, Interior) e João Barbalho Uchoa Cavalcanti (Agricultura, Comércio e Obras Públicas). O barão de Lucena continuaria na condição de nome mais forte entre os ministros, atraindo para o governo a oposição dos que nele viam

um representante da política monárquica.

Iniciando-se a primeira legislatura do Congresso Nacional em 15 de junho, Deodoro passou a sofrer intenso combate tanto na Câmara quanto no Senado. Republicanos históricos, mas também parlamentares eleitos com a sua ajuda, o acusavam, principalmente, de submeter-se à orientação de Lucena, sempre visto como um monarquista. No uso de seus poderes específicos, Deodoro, chefe do Executivo, e Prudente de Moraes, do Congresso, obstavam reciprocamente suas iniciativas.

A situação econômica do país contribuía para o agravamento da crise política. Os efeitos do “Encilhamento” se faziam notar na forma de grande especulação na Bolsa de Valores.

Empresas surgiam e desapareciam em muito curto espaço de tempo, acarretando imensos prejuízos para investidores, principalmente os pequenos e menos experientes, e desemprego. No setor externo, registrava-se forte queda da taxa de câmbio, que levava a grandes variações na área monetária. Era, portanto, geral o clima de incerteza econômica no país.

O vice-presidente Floriano Peixoto mantinha-se em posição discreta em face de Deodoro. Empenhava-se, contudo, em solapar as bases do presidente no meio militar, formando uma corrente oposicionista. Em 1º de novembro de 1891, foi procurado pelo barão de Lucena, que lhe solicitou que assumisse a presidência do Senado – que cabia constitucionalmente ao vice-presidente da República –, para evitar o avanço de um projeto de lei sobre responsabilidade do presidente que não convinha ao governo. Floriano alegou estar doente e não o atendeu.

Sofrendo contestações no Parlamento e na caserna e com problemas de sustentação em estados importantes, como Minas Gerais e São Paulo, Deodoro dissolveu o Congresso no dia 3 de novembro de 1891, esperando reverter a situação. Inconstitucional, a medida foi logo apelidada de “golpe Lucena”. No dia seguinte, Deodoro decretou o estado de sítio para o Distrito Federal e Niterói. Em “Manifesto à nação”, defendeu seu governo, criticou a oposição parlamentar e explicou a atitude que tomara, argumentando com a necessidade de retificar a Constituição, principalmente para fortalecer os poderes do Executivo da União. Para isso, decretou a convocação de eleições de deputados para novo Congresso constituinte. Em resposta, 114 parlamentares, entre deputados e senadores, lançaram um “Manifesto à nação brasileira”, denunciando a violência cometida pelo governo.

Dos governadores, apenas Lauro Sodré, do Pará, manifestou-se publicamente contra o golpe no dia seguinte. Pouco tempo depois, contudo, estava estruturada a resistência em vários estados, em setores militares e no meio sindical de Santos (SP) e da capital federal. Floriano Peixoto participava de reuniões com a oposição. Cauteloso, insistia na necessidade de conquistar a adesão de mais tropas antes de desencadear o contragolpe. Finalmente, os ferroviários deflagraram uma greve no Rio de Janeiro, enquanto se concluíam os preparativos para a ação militar, iniciada na madrugada de 23 de novembro: revolta de unidades da Marinha fundeadas na baía da Guanabara, apoiada por contingentes do Exército em terra. Doente, Deodoro ainda esboçou uma reação, mas acabou renunciando

nessa mesma manhã. Floriano Peixoto foi buscado em casa para receber o cargo de presidente da República. Ao se encontrarem, Deodoro lhe anunciou que pediria a reforma, desligando-se do Exército.

As primeiras medidas políticas tomadas pelo novo governo foram a revogação do estado de sítio e a reabertura do Congresso Nacional. Em seguida, respaldado na progressiva ativação popular antideodorista e no Partido Republicano Paulista, Floriano Peixoto investiu, em dezembro, contra os governantes estaduais que, de alguma maneira, haviam apoiado – todos, com exceção do Pará – o golpe do mês anterior. Pacífica ou violentamente, foram todos sendo derrubados por facções internas, com o apoio do governo federal.

A reação de setores deodoristas e opositores independentes fez-se, de um lado, no Congresso, onde a minoria tentou barrar a ação intervencionista do governo federal. De outro, segmentos militares, principalmente oficiais do Exército e praças da Marinha, lançaram, no Rio de Janeiro, movimentos de oposição armada a Floriano, todos de pouca expressão. Outra estratégia da oposição foi a contestação da legalidade do mandato presidencial do vice-presidente. A Constituição Federal estabelecia que, se o cargo de presidente da República ficasse vago antes de cumpridos dois anos do mandato, haveria nova eleição, direta. Entretanto, as suas “Disposições Transitórias” davam margem ao entendimento de que isso não se aplicava ao primeiro mandato republicano, já que definiam que o presidente e o vice-presidente seriam escolhidos por eleição indireta e exerceriam os cargos durante o primeiro período presidencial. Em torno dessa questão hermenêutica organizaram-se os campos políticos contra e a favor de Floriano. A oposição exigia o seu impedimento ou renúncia, o que abriria caminho para novas eleições presidenciais, consideradas necessárias, também, por alguns setores favoráveis ao governo, militares e civis.

Em dezembro ainda de 1891, houve motins em unidades da Armada no Rio de Janeiro, reprimidos com violência pelo governo. Em 6 de abril de 1892, 13 oficiais-generais das duas armas – entre os quais João Severiano da Fonseca e vários amigos de Deodoro – publicaram um manifesto a Floriano Peixoto, em que faziam críticas severas à condução do governo na crise dos estados, afirmavam não querer passar por corresponsáveis pela desorganização em que as unidades federadas se encontravam e, por fim, defendiam a realização de eleições para o cargo de presidente como o único caminho para superar a crise. No dia seguinte, também recorrendo a um manifesto, Floriano criticou a atitude dos oficiais e garantiu que usaria dos poderes extraordinários a ele conferidos pelo Congresso para salvar a autoridade presidencial e a honra da República. E, ato contínuo, demitiu de suas comissões e reformou compulsoriamente os 13 signatários do manifesto, que também

seriam expulsos do Clube Militar. Deodoro acabara de retornar de Petrópolis (RJ), onde, a conselho médico, fora procurar melhores ares para a sua saúde.

A oposição tentou pressionar o governo também a partir das ruas. No dia 10 de abril, foi organizada no centro do Rio de Janeiro uma manifestação em homenagem a Deodoro e contra Floriano, frustrada pelo mau estado de saúde do ex-presidente. O governo a usou como pretexto para a decretação, no dia 12, do estado de sítio e a suspensão dos direitos constitucionais na capital federal por 72 horas. Sob a acusação de crime de sedição, opositores civis e militares foram presos, e muitos deles, com base em decreto baixado dois dias depois, foram condenados ao desterro em pontos longínquos do país. Em 8 de junho, a proposta de anistia feita pela oposição foi aprovada no Congresso, beneficiando todos os atingidos pelo decreto florianista do dia 12 de abril. Enquanto isso, a saúde de Deodoro se agravava irreversivelmente.

Deodoro da Fonseca morreu em 23 de agosto de 1892, no Rio de Janeiro.

Pertenceu à Maçonaria, tendo sido Grão-Mestre do Grande Oriente. Em sua homenagem, a cidade de Alagoas passou a chamar-se Marechal Deodoro.

Sobre a sua vida, foram escritos, entre outras obras, *Deodoro: subsídios para a história*, de Ernesto Sena (artigos de jornal datados de 1911 e 1912, republicados como livro em 1913 e 1981), e *Deodoro. A Espada contra o Império*, de Raimundo Magalhães Jr. (São Paulo, 1957). Sua vida foi abordada, também, na minissérie televisiva *República* (1989).

Seu sobrinho Hermes Rodrigues da Fonseca, filho de Hermes Ernesto, foi ministro da Guerra de 1906 a 1909 e presidente da República de 1910 a 1914. Outro sobrinho, Clodoaldo da Fonseca, filho de Pedro Paulino, foi governador de Alagoas de 1912 a 1915 e revolucionário de 1922.

Renato Lemos

Fontes: CARONE, E. *República Velha*; FRANCO, G. *Primeira* (p. 11-30); LEMOS, R. *Benjamin Constant*; MAGALHÃES JR., R. *Deodoro* (v.2); Memória Globo.

Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-234287,00.html>>. Acesso em: 20/11/2011; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1891); NASCIMENTO, C. *Questão* (p.7-22); Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Deodoro_da_Fonseca>. Acesso em: 19/11/2011.